

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**APOIO SOCIAL PERCEBIDO E
COPARENTALIDADE, EM CONTEXTO DE BAIRRO
SOCIAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Cátia Sofia Correia Jerónimo da Silva

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica)

2013

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**APOIO SOCIAL PERCEBIDO E
COPARENTALIDADE, EM CONTEXTO DE BAIRRO
SOCIAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Cátia Sofia Correia Jerónimo da Silva

Dissertação orientada pela Professora Doutora Marta Pedro

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica)

2013

Agradecimentos

À Professora Doutora Marta Pedro, pela partilha da sua sabedoria, pelo rigor, pela disponibilidade, pelas valiosas diretrizes e pelo suporte constante e fundamental, ao longo de todo este processo.

Ao Professor Doutor Wolfgang Ling, pela inspiração e pela partilha do amor pela Psicologia Comunitária.

Às associações, instituições e aos seus técnicos com quem pudemos contactar, pelo acolhimento e pela disponibilidade demonstrada em colaborar connosco.

Aos pais, mães e avós, por aceitarem participar neste processo e por partilharem connosco as suas experiências e a sua sabedoria de vida.

À Márcia, por ser ténue a linha que delimita a minha experiência da sua, ao longo deste projecto. Por ser sempre “a outra metade”, pela partilha de todas as experiências deste processo, pela dedicação constante, pela força, apoio e carinho incondicionais. *Conseguimos!*

À Carina e à Sílvia, pela partilha de alegrias e de angústias e por serem, também elas, partes essenciais deste processo.

Aos amigos, pelo perdão das ausências e pelo reforçar de energias na presença.

Ao Marco, por ser suporte em qualquer condição, sempre de braços e de coração abertos.

Aos meus pais, irmã, tia e avós, por estarem sempre ao meu lado e serem incondicionais no apoio e carinho proporcionados.

Apoio Social Percebido e Coparentalidade, em Contexto de Bairro Social: Um Estudo Exploratório

Resumo

O presente estudo pretende expandir o campo de investigação sobre a relação de coparentalidade e abrir portas ao estudo do impacto do apoio social nesta relação, no contexto de bairro social. Este estudo investigou a associação entre apoio social percebido (aconselhamento e aliança fiável) e a relação de coparentalidade (cooperação e conflito) entre 100 figuras parentais, residentes em bairros sociais abrangidos pelo programa PER, da área metropolitana de Lisboa. Foi ainda examinado o papel moderador do par coparental, do sexo da criança/adolescente e do estatuto de emprego. Foram utilizados instrumentos de autorrelato para aceder às percepções das figuras coparentais sobre coparentalidade e apoio social percebido. Os resultados demonstraram que o aconselhamento se associava positivamente com a cooperação coparental e negativamente com o conflito coparental. O estatuto de emprego teve um papel moderador da relação entre apoio social percebido e coparentalidade: pais que não trabalham e percebem maior provisão de aconselhamento, evidenciam mais cooperação coparental e menos conflito coparental. O sexo da criança/adolescente e a configuração par parental não revelaram efeitos de moderação. Os resultados deste estudo serão discutidos relativamente às suas implicações para a intervenção no âmbito da coparentalidade, num contexto comunitário. Direções para investigações futuras serão também discutidas.

Palavras-chave: coparentalidade, apoio social percebido, conflito coparental, cooperação coparental, aconselhamento, aliança fiável, bairro social.

Abstract

The present study aims to expand the field of research on coparenting relationship and open doors to study the impact of social support on this relationship in the context of social neighborhood. This study investigated the association between perceived social support (guidance and reliable alliance) and coparenting (coparental cooperation and conflict) between 100 coparental figures living in a social neighborhood, in the Lisbon metropolitan area, under the PER program. Further it was examined the moderating role of coparental pair, the sex of the child/youth and employment status. We used self-report instruments to access the perceptions of coparental figures about coparenting and perceived social support. The results showed that guidance was positively associated with coparental cooperation and negatively with coparental conflict. The employment status had a role in moderating the relationship between perceived social support and coparenting: parents who do not work and perceive greater provision of guidance, show more coparental cooperation and less coparental conflict. Moderators sex of the child/youth and parental and pair configuration revealed no moderating effects. The results of this study will be discussed in relation to their implications for intervention for coparenting within a community context. Directions for future research are also discussed.

Key-words: coparenting, perceived social support, coparental conflict, coparental cooperation, guidance, reliable alliance, neighborhood.

Índice

Introdução	1
Enquadramento Teórico.....	2
Metodologia	10
Resultados.....	14
Discussão de Resultados.....	15
Referências Bibliográficas.....	20
Tabelas.....	26
Figuras	29

Índice de Tabelas

Tabela 1.

Características sociodemográficas da amostra.

Tabela 2.

Intercorrelações entre dimensões de coparentalidade, apoio social percebido e os moderadores (N = 100).

Índice de Figuras

Figura 1.

O modelo conceptual proposto a representar o par coparental, o sexo do filho e o emprego enquanto moderadores da relação entre o apoio social percebido (aconselhamento e aliança fiável) e a coparentalidade (cooperação e conflito).

Figura 2.

Modelo 1 - Efeito de moderação do par coparental.

Figura 3.

Modelo 2 - Efeito de moderação do sexo da criança.

Figura 4.

Modelo 3 - Efeito de moderação do estatuto de emprego.

Introdução

O presente estudo insere-se numa investigação de conteúdo mais amplo, que contempla o estudo da relação entre a coparentalidade, o apoio social percebido e os estilos parentais em diferentes contextos, nomeadamente o bairro social.

Tendo como fim primordial o estudo e a compreensão da relação entre sistemas sociais – as comunidades – e o comportamento humano, a investigação em questão pretende explorar, através das bases teóricas da Psicologia Comunitária, a área da coparentalidade em contexto de bairro social. Sem esquecer a visão ecológica (Bronfenbrenner, 1979) e multissistémica que enraiza e fundamenta o comportamento do indivíduo e as relações que este estabelece, em cada contexto por onde se movimenta.

Sabendo que o indivíduo está em constante estabelecer de relações e de como estas influenciam o seu bem-estar emocional, o apoio social percebido vem espelhar como essas relações são percebidas e de que forma têm impacto no funcionamento familiar.

O objetivo central deste estudo prende-se, assim, com a compreensão da forma como a perceção de apoio social percebido, de figuras coparentais, influencia a sua relação de coparentalidade, com o seu par coparental. Avaliou-se ainda o papel moderador do sexo da criança ou adolescente, acerca do qual o participante se baseava para a sua resposta ao protocolo; bem como o papel do estatuto destas figuras coparentais (i.e. trabalha ou não trabalha), na relação entre as variáveis referidas. Sabendo que no bairro social as estruturas familiares nem sempre são normativas, i.e. nem sempre se fala de casais maritais, pretendia-se, adicionalmente, perceber a identidade do par coparental e o impacto das configurações coparentais estabelecidas neste contexto, na relação de coparentalidade.

Pretende-se, ainda, o alcançar de pistas pertinentes e de consistência que permitam, a técnicos focados na intervenção com famílias e no contexto comunitário, diretrizes no sentido de estratégias que potenciem relações de coparentalidade harmoniosa.

Seguidamente, apresenta-se a tese no formato de artigo científico, tal como será submetido a periódico internacional com arbitragem científica.

O Apoio Social Percebido e a Coparentalidade, em Contexto de Bairro Social: um Estudo Exploratório

Enquadramento Teórico

Várias evidências empíricas demonstram o impacto fundamental da coparentalidade em diferentes aspetos da relação pais-filhos, como a relação de vinculação e os estilos parentais (*e.g.* Brown, Schoppe-Sullivan, Mangelsdorf, & Neff, 2010; Caldera & Lindsey, 2006; para uma revisão ver Feinberg, 2003), assim como no ajustamento socioemocional da criança e do adolescente (Margolin, Gordis, & John, 2001; McHale, 1995; Teubert & Pinquart, 2010). Contudo, apesar da coparentalidade ter sido amplamente investigada nas últimas décadas, apenas recentemente os investigadores se começaram a debruçar sobre o seu estudo em bairros sociais (*e.g.* Sterrett, Jones, Forehand, & Garai, 2010). Tal representa uma lacuna na literatura, pois a investigação tem incidido sobretudo sobre a relação coparental entre casais maritais ou em pós-divórcio, em famílias caucasianas, de classe média (Caldera, Fritzpatrick, & Wampler, 2002). Tal facto destaca a importância do estudo e compreensão da coparentalidade em famílias culturalmente diversas (Caldera et al., 2002), em diferentes contextos (*e.g.* Sterrett et al., 2010) e com configurações familiares distintas (*e.g.* Jones & Lindahl, 2011; Jones, Shafter, Forehand, Brody, & Armistead, 2003). Ainda em menor escala têm sido investigadas variáveis que poderão influenciar a coparentalidade em contexto de bairro social, como é o caso do apoio social percebido.

Numa perspetiva ecológica, as dinâmicas familiares estão enraizadas no contexto sociocultural (Bronfenbrenner, 1979), enfatizando a importância das influências ambientais para a compreensão da relação entre subsistemas do contexto familiar. Sabendo que cada contexto produz um efeito no desenvolvimento dos indivíduos que nele se integram, os múltiplos contextos sociais em que pais e crianças estão inseridos influenciarão de forma significativa o seu comportamento (Bronfenbrenner, 1979). Deste modo, também a construção dos valores, metas e estratégias educativas dos pais será reflexo da interação com o seu próprio contexto sociocultural (Bem & Wagner, 2006) e da situação económica da família (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Torna-se, então, fundamental considerar as idiossincrasias do contexto envolvente das famílias, porquanto estas refletem os padrões de interação estabelecidos nesse meio. Embora estes factores macrossistémicos não sejam preditivos nem suficientes para explicar valores e metas parentais, é certo que possuem um papel importante na sua determinação (Tudge,

Hogan, Snezhkova, Kulakova & Etz, 2000). Assim, contextos como o bairro social representam exemplos de focos de investigação pertinente, pelas suas especificidades inerentes. Por exemplo, mães que criam os seus filhos em bairros com níveis altos de pobreza e risco associado enfrentam um leque de obstáculos únicos, comparativamente às mães residentes em bairros com um determinado nível de segurança e nível socioeconómico mais elevado (Furstenberg, 1993). Com efeito, as adversidades do bairro afetam inevitavelmente muitos dos fatores inerentes ao funcionamento familiar, como o nível socioeconómico¹ (Assadi et al., 2007) e o nível de violência percebido do bairro (Forehand & Jones, 2003).

O *Bairro Social* surge na sociedade como uma amostra comunitária que espelha uma realidade caracterizada, muitas vezes, por situações de carência económica e por dinâmicas familiares e padrões relacionais muito próprios. Neste contexto, nos anos 90, surgiu o *Programa Especial de Realojamento* (PER) com o objetivo de erradicar as barracas das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, realojando famílias residentes nos chamados “bairros de lata”. O estudo da realidade bairro social tem sido objeto de muita atenção, na última década, merecendo ainda investigação mais aprofundada (Tendulkar et. al, 2010).

Augusto (2002) define bairro social como “*espaço de aglomeração da pobreza urbana, concentrando no seu interior os principais grupos de risco, contribuindo para uma interiorização da exclusão*”. Apesar de, inicialmente, parecer uma solução para a integração das populações, acabou por resultar numa densa concentração de populações socioeconómicas mais desfavorecidas (Augusto, 2012). Relativamente à estrutura familiar, Matos (2012) descreve a população de bairro social como isolada, maioritariamente constituída por estruturas familiares não normativas, monoparentais ou famílias extensas. Quanto aos factores socioeconómicos, destaca a grande taxa de desemprego, a subsistência com recursos de origem não legal ou reformas e subsídios do Estado. Evidencia a imagem de situações de pobreza, com rendimentos bastante reduzidos, por vezes inferiores ao salário mínimo nacional (Matos, 2012). A fraca escolaridade e a ausência de especialização profissional da população limitam em larga escala o acesso ao mercado habitacional (Matos, 2012).

Coparentalidade no Bairro Social

Segundo Feinberg (2003), os estudos de coparentalidade apresentavam algumas limitações relativamente à sua representatividade, carecendo de investigação futura incidente em determinados focos. O facto de grande parte da literatura sobre o tema se basear em amostras de conveniência compostas por casais maritais (Feinberg, 2003) é um exemplo. Tal

¹ NSE.

compromete e limita a generalização das suas conclusões a outras estruturas familiares, como famílias não-maritais (*e.g.* Talbot & McHale, 2004). Recentemente, os investigadores começaram a debruçar-se sobre o estudo da coparentalidade no seio de diferentes configurações familiares (*e.g.* pares não-maritais (Talbot & McHale, 2004; Dorsey, Forehand, & Brody, 2007; Shook, Jones, Forehand, Dorsey, & Brody, 2010); famílias intergeracionais (Jones & Lindahl, 2011). Assim como em contextos diversos (*e.g.* contextos multiculturais/étnicos (Jones & Lindahl, 2011). Partindo do pressuposto de que a coparentalidade é moldada pelas crenças, valores, desejos e expectativas dos pais que, por sua vez, são moldadas pela cultura dominante, mas também por subculturas, dentro de grupos raciais, étnicos, socioeconómicos e religiosos (McHale et al., 2002), crê-se pertinente o estudo no contexto do bairro social.

Sterrett e colaboradores (2010) propuseram um modelo ecológico da coparentalidade em famílias de mães afro-americanas solteiras, que evidencia o impacto do bairro na relação coparental. Contrariamente às hipóteses formuladas, baixos níveis de risco no bairro estavam associados a relações coparentais mais comprometidas. Os autores atribuíram ao facto de as mães afro-americanas solteiras, residentes em bairros sociais de alto risco, estarem conscientes de que a coordenação coparental com a outra figura era crucial para o bem-estar e segurança dos seus filhos, visto tratar-se de um contexto de alto risco. Consideram, então, que mães residentes em zonas mais rurais ou em bairros de baixo risco não estão tão despertas, motivadas e consciencializadas para a necessidade deste “trabalho de equipa” precoce. Já Forehand e Jones (2003) evidenciaram, na sua investigação, que baixos níveis de conflito coparental poderiam “amortecer” a influência de níveis elevados de violência no bairro.

Até à data, diversos estudos sobre coparentalidade focaram-se em famílias de NSE baixo, nomeadamente mães afro-americanas (*e.g.* Forehand & Jones, 2003; Jones, Forehand, O'Connell, Armistead, & Brody, 2005b; Talbot & McHale, 2004; Sterret et al., 2010). Porém, apesar do NSE baixo ser um fator de risco característico do contexto de bairro social (Matos, 2012), o foco desses estudos não foi exactamente o contexto bairro social enquanto preditor da relação coparental. São relativamente reduzidos os estudos que pretendem compreender o papel do bairro enquanto contexto da relação coparental (*e.g.* Forehand e Jones, 2003; Sterret et al., 2010), destacando a pertinência deste estudo na lacuna empírica evidenciada.

A investigação no âmbito da coparentalidade tem sido alvo de uma rápida expansão (Van Egeren & Hawkins, 2004), que sublinha o seu papel central no contexto familiar (Feinberg, 2003). Geralmente descrita como *“a forma como os pais trabalham em conjunto no seu papel de pais”* (Feinberg, 2003). Margolin, Gordis e John (2001) assumem que diz

respeito ao facto de duas figuras parentais interagirem entre si no desempenho dos seus papéis parentais, partilhando a responsabilidade de educar/criar uma criança. Esta relação exige um nível de compromisso e cooperação entre dois adultos, nos assuntos relacionados com a educação dos seus filhos.

A coparentalidade é um constructo com um papel conceptualmente distinto no sistema familiar, não sendo apenas uma dimensão da relação conjugal (Margolin et al., 2001). Margolin e colegas (2001) perspetivam três dimensões da coparentalidade: a cooperação, o conflito e a triangulação. O presente estudo focar-se-á nas dimensões de conflito e cooperação, da coparentalidade, fortes preditores do comportamento e ajustamento parental (*e.g.* Cabrera, Shannon, & Taillade, 2009; Jones, Forehand, Dorsey, Foster, & Brody, 2005a; Dorsey et al., 2007) e da criança (*e.g.* Shook et al., 2010). A *cooperação* contempla em que medida as figuras parentais se apoiam, valorizam e respeitam mutuamente, facilitando a responsabilidade parental do outro - apoio e suporte entre as figuras parentais. Por sua vez, o *conflito* refere-se ao nível de conflito entre as figuras parentais sobre assuntos relacionados com o cuidar dos filhos (*e.g.* discussões sobre a educação dos filhos, normas gerais e regras familiares, bem como o enfraquecimento dos esforços parentais da outra figura coparental. Krishnakumar e Buehler (2000) referem que poucos estudos se concentraram no conflito em estruturas familiares fora do domínio de famílias com figuras coparentais co-residentes ou divorciadas.

Apoio Social Percebido e Coparentalidade

Infelizmente, poucos estudos têm investigado os fatores que poderão influenciar a coparentalidade, em contexto de bairro social. Assim, um dos objetivos do presente estudo é a compreensão do apoio social, enquanto preditor da coparentalidade neste contexto. Segundo o modelo ecológico de Feinberg (2003), a coparentalidade é influenciada por multiníveis (individual, familiar e extrafamiliar), referindo o apoio social enquanto dimensão do nível extrafamiliar. Neste sentido, formulações teóricas e evidências empíricas têm proposto que o apoio social facilita a gestão de experiências de *stress* nas figuras coparentais ou na díade coparental (Levy-Shiff, 1999), pelo seu efeito positivo no ajustamento dos pais (*e.g.* Sarason et al., 1983), melhorando a competência de cada uma das figuras parentais (Volling & Belsky, 1992), assim como a relação interparental no geral (Feinberg, 2003; Cabrera, Shannon, & Taillade, 2009). Desta forma, o apoio social aumenta a capacidade dos pais para se envolverem em comportamentos coparentais apoiantes que, por sua vez, contribuem para o comportamento individual positivo (Lindsey, Caldera & Colwell, 2005), influenciando os

recursos psicológicos e instrumentais de mães e pais na gestão das tensões inerentes ao cuidar dos filhos (*e.g.* Cohran & Brassar, 1979).

Seguindo esta lógica, Lindsey, Caldera e Colwell (2005) consideram razoável especular que, sabendo que o apoio social diminui o nível de *stress* dos pais, aumentará a probabilidade de estes serem favoráveis no seu comportamento coparental. No seu estudo, perceberam que mães que relatavam mais apoio social percebido demonstravam comportamento coparental mais apoiante. Cabrera, Shannon e Taillade (2009) estudaram o apoio da família como preditor da relação coparental, em famílias américo-mexicanas e, apesar de não se verificar uma relação significativa entre o apoio social e o conflito coparental, resultados evidenciaram que o apoio da família se relacionava negativamente com sintomas depressivos da mãe e com a qualidade da interação mãe-filho.

Porém, o efeito do apoio social percebido na coparentalidade é ainda uma relação pouco estudada. Alguns estudos indicam que relações coparentais mãe-pai positivas, associadas ao apoio social da família e parentes, podem estar associadas a um maior envolvimento dos pais, com os seus filhos (Florsheim, Moore, & Edgington, 2003; Futris & Schoppe-Sullivan, 2007). Fagan e Lee (2011), pretendendo estudar de que forma o efeito da coparentalidade e do apoio social de família e amigos influenciam pais adolescentes *versus* pais adultos, no envolvimento com os filhos. Perceberam que pais que procuram apoio social, nomeadamente no contexto familiar, estão mais propensos a envolver-se na relação coparental e que o suporte coparental e o apoio social paternal tiveram um efeito positivo (Fagan & Lee, 2011). Coyla, Newland e Freeman (2010) verificaram que pais que procuram apoio social, nomeadamente no contexto familiar, estão mais propensos a envolver-se na relação coparental (Coyla, Newland e Freeman, 2010). Tendo sido pouco estudada, crê-se de extrema pertinência o estudo da relação entre o apoio social percebido e a coparentalidade.

De acordo com a definição de Sarason, Levine, Basham e Sarason (1983), apoio social apresenta-se como “*a existência ou disponibilidade de pessoas em quem se pode confiar, pessoas que mostram que se preocupam connosco, nos valorizam e gostam de nós*” (pg. 127). Este constructo distingue-se em duas formas distintas: o *Apoio Social Percebido* e o *Apoio Social Recebido*, assumindo-se o primeiro como o apoio social que o indivíduo percebe como disponível se precisar dele (Cohen & Willis, 1985; Winemiller, Mitchell, Sutliff & Cline, 1993). O apoio social percebido envolve a percepção dos indivíduos de que são valorizados e estimados, que os outros se interessam por eles e que estão disponíveis quando precisam, assim como a satisfação com as relações estabelecidas (Lakey & Cassady, 1990). No presente

estudo, será analisado o *apoio social percebido*, uma vez que o foco de interesse reside na percepção do indivíduo.

Tratando-se de uma característica dos sistemas sociais, o apoio social é fornecido através de uma variedade de relações. Esta investigação foca-se, sobretudo, no apoio informal, fornecido por relações com familiares, vizinhos, amigos, companheiros, etc. (Gladow e Ray, 1986). Este conceito aparenta ter dois elementos básicos: (a) a percepção da existência de um número suficiente de outros disponíveis, a quem é possível recorrer em caso de necessidade e (b) o grau de satisfação sobre este suporte disponível.

Segundo Robert Weiss (1974), o apoio social atua pelo fornecimento de recursos específicos ao indivíduo, necessários no enfrentar das várias situações de vida, podendo apenas ser obtidos no contexto de relações sociais. Propôs uma taxonomia destes recursos, as “*Provisões Sociais*”: aconselhamento (*guidance*), aliança fiável (*reliable alliance*), vinculação (*attachment*), integração social (*social integration*), reafirmação de valor (*reassurance of worth*) e oportunidade de prestação de cuidados (*opportunity for nurturance*). O *aconselhamento* (Cutrona & Russel, 1987) assume-se como o apoio recebido de uma pessoa de confiança que fornece orientação, ajuda na ponderação da situação e apoio emocional, muitas vezes assegurado por uma figura de autoridade ou de maior experiência. Destacam-se situações cuja resolução permita ao indivíduo um papel ativo e, através deste, poder obter informações que o ajudem a planear a sua ação. A *aliança fiável* diz respeito à sensação de uma relação forte e segura, que permite contar com ajuda disponível, independentemente das circunstâncias. A ajuda tangível (*e.g.* fornecimento de recursos materiais e financeiros) assume particular importância nesta provisão. Esta provisão é fornecida sobretudo em relações sólidas e duradouras, como as familiares, e menos no contexto de amizades mais casuais (Wellman & Wortley, 1990). Estas provisões são fatores essenciais do conceito de “*apoio emocional*”, referente ao sentimento global de que se é amado, aceite e apoiado por pessoas emocionalmente próximas. Enquadrando a provisão de apoio social no contexto, a investigação mostra ainda que o facto de mães afro-americanas se sentirem desconectadas em relação ao bairro (vizinhos) compromete o seu comportamento parental, relativamente ao apoio e afeto fornecidos aos filhos (Hill & Herman-Stahl, 2002).

Apesar de existirem estudos que demonstram o impacto do apoio social percebido na parentalidade (*e.g.* Jones et al., 2005b), assim como o seu efeito na gestão de condições de *stress*, disponibilidade de recursos, na construção e acesso a redes de apoio que potenciam o bom funcionamento psicológico (Kotchick, Dorsey & Heller, 2005), são escassos os estudos que clarifiquem o impacto do apoio social percebido na coparentalidade, não permitindo uma

constatação clara do seu efeito. Neste sentido, o presente estudo pretende ser inovador e pertinente, ao estudar o papel do apoio social percebido na coparentalidade, em bairros sociais.

Apoio social percebido e coparentalidade, em bairros sociais

Tendo consciência dos desafios constantes e das idiossincrasias de famílias residentes em bairros sociais, crê-se ser de extrema importância perceber de que forma o apoio social poderá influenciar a coparentalidade no contexto de bairro social. A literatura apoia o pressuposto de que famílias que enfrentam carências económicas são mais suscetíveis de receber apoio social e financeiro pela família (Dressler, 1985), sublinhando a importância do apoio social percebido das figuras parentais residentes em bairros sociais.

As evidências empíricas sobre as áreas de investigação supracitadas são extensas, mas não na direcção pretendida neste estudo. Alguns estudos investigaram como determinadas condições do bairro social (e.g. perigosidade e nível de violência percebida) influenciam dimensões da coparentalidade (e.g. conflito coparental) (e.g. Forehand & Jones, 2003). Até mesmo forneceram evidências empíricas do efeito moderador do apoio social percebido na relação entre o nível de risco percebido no bairro e comportamentos parentais positivos (e.g. Jones et al., 2005b). No entanto, o impacto do apoio social enquanto preditor da relação coparental, no contexto de bairro, não foi ainda estudado. Assim, o presente estudo pretende colmatar esta lacuna na literatura, procurando, desta forma, pistas para a intervenção comunitária com pais em contexto de bairro social.

O papel moderador do par coparental e do sexo dos filhos

Embora evidências empíricas tenham documentado os efeitos negativos do conflito entre figuras coparentais casadas ou em união de facto, o conflito em estruturas familiares com figuras coparentais não-maritais permanece ainda pouco estudado (Krishnakumar & Buehler, 2000). É uma área que merece ser mais estudada, sobretudo se se considerar que, provavelmente, a relação de coparentalidade no seio de casais seja diferente em vários aspetos importantes, comparativamente à coparentalidade não marital ou intergeracional (Margolin, Gordis, & John, 2001). Na verdade, coparentalidade não pode ser definida simplesmente em função de sexo, biologia, estado civil ou estado legal (McHale et al., 2002). Olhando somente em termos biológicos ou de coabitação, característicos de uma família tradicional nuclear, poderemos estar a “perder” importantes figuras coparentais (e.g. avó). Vários estudos focaram o papel da família alargada (Forehand & Kotchick, 1996) neste âmbito, sobretudo a avó

enquanto figura de apoio coparental em mães solteiras afro-americanas de NSE baixo (Jones et al., 2005b; Jones & Lindahl, 2011; Shook et al., 2010), levando-nos a hipotetizá-la enquanto importante figura coparental (Pittman e Coley, 2011). No estudo de Jones e colegas (2003), 97% da amostra de mães solteiras afro-americanas NSE baixo identificaram companheiros não-maritais ou membros da família alargada, com quem partilham as responsabilidades de co-cuidar do seu filho.

Parent e colegas (2013) investigaram a influência da identidade da figura coparental (*e.g.* avó, pai biológico) na qualidade da relação coparental, do ajustamento psicológico da mãe e dos filhos adolescentes, em famílias com mães afro-americanas solteiras. Quanto à qualidade da coparentalidade (dimensões de apoio e conflito), os resultados indicam que figuras coparentais como a avó, a tia e a amiga da mãe fornecem apoio instrumental mais significativo que o pai. Assim como a avó e o pai evidenciam maior conflito com a mãe. Estes resultados replicaram conclusões de investigações anteriores, salientando o papel da avó e do pai biológico em famílias afro-americanas, mas também expandem este campo de investigação, incluindo outras figuras coparentais não-maritais e concluindo sobre o seu papel significativo. Jones e colegas (2005a) evidenciam o impacto do conflito coparental não marital (*e.g.* com avó e tia da criança) no ajustamento psicológico da criança. Tal salienta a importância de perceber o impacto de diferentes configurações coparentais, na qualidade de dimensões de cooperação e conflito coparental.

Evidências empíricas demonstraram ainda efeitos de género das crianças, aquando do estudo da relação coparental. O estudo de Forehand e Jones (2003) evidenciou que baixos níveis de conflito coparental tiveram papel de *buffer* dos efeitos deteriorativos de residir num bairro com altos níveis de violência percebida nas raparigas, mas não nos rapazes; protegendo as meninas de sintomatologia depressiva e comportamentos agressivos. Constata-se a importância do estudo dos efeitos de género da criança no âmbito da relação coparental.

Numa visão ecológica, autores (Feinberg, 2003; Lindsey, Caldera e Colwell 2005) consideram a situação de emprego dos pais um fator que produz diferenças individuais no comportamento coparental. McHale e Riina (2012) destacam a pressão económica como fator sociocultural significativamente stressante para o funcionamento familiar; e os rendimentos (recursos económicos) como fator de apoio. Sendo o desemprego um factor de risco do bairro social (Matos, 2012), potencia *stress* no funcionamento familiar e tende a prejudicar a coparentalidade harmoniosa; contrariamente ao apoio, que tende a melhorá-la, funcionando como preditor da relação coparental (Sterret et al., 2012). O presente estudo pretende perceber o papel moderador do estatuto de emprego, sabendo, por exemplo, que pais afro-americanos

não residentes com mais rendimentos evidenciavam uma maior perceção de apoio (Bronte-Tinkew & Horowitz, 2009).

O presente estudo

Existe um grande corpo de pesquisa que refere e suporta a evidência das características contextuais do ambiente em que a família está incorporada como importante para processos envolvidos no funcionamento da família (Lindsey et al., 2005).

O presente estudo pretende compreender a associação entre o apoio social percebido e a coparentalidade, através de provisões de aconselhamento e aliança fiável e dimensões de cooperação e de conflito coparental, especificamente. Estabelece-se como hipóteses que valores de perceção social (tanto aconselhamento como aliança fiável) serão preditores das duas dimensões de coparentalidade, numa relação positiva com a cooperação e negativa com o conflito. Pretende-se ainda explorar a existência de diferenças entre o impacto do aconselhamento e da aliança fiável, sabendo que fazem parte do mesmo tipo de apoio social (apoio emocional).

Este estudo propõe ainda a análise exploratória do efeito moderador da configuração do par coparental estabelecido e do estatuto de emprego da figura respondente (se empregado ou não) na relação entre o apoio social e a coparentalidade, referida anteriormente, contexto bairro social. Destaca-se ainda o papel do género enquanto objetivo de investigação, de forma a perceber se existem diferenças entre rapazes e raparigas, das crianças/adolescentes sobre os quais as figuras respondentes se basearam para participar no presente estudo.

Metodologia

Amostra

A amostra inicial contemplava 109 figuras parentais respondentes. Após análises preliminares, 9 sujeitos foram excluídos do presente estudo, por não corresponderem aos critérios de inclusão necessários. A amostra final foi constituída por 100 figuras parentais, residentes em bairros sociais abrangidos pelo programa PER, da área metropolitana de Lisboa, especificamente bairros da Marvila (65%, $n = 65$), da Ameixoeira (22%, $n = 22$), da Arrentela (9%, $n = 9$), do Monte da Caparica (4%, $n = 4$) e do Bairro dos Lóios. As figuras parentais respondentes são, maioritariamente, mães (68%, $n = 68$) e do sexo feminino (74%, $n = 74$), com idade compreendida entre os 23 e os 75 anos ($M = 38.94$; $SD = 10.59$). Os

participantes são, na sua maioria, casados (39%, $n = 39$), na situação laboral de desemprego (46%, $n = 46$) e com um número de filhos/netos compreendido entre 1 e 15 ($M = 2.56$, $SD = 2.14$). Ainda, a categoria profissional mais evidenciada foi *Trabalhadores não Qualificados* (58%, $n = 58$). Relativamente à criança/adolescente sobre o qual as figuras parentais se basearam para responder aos instrumentos, eram maioritariamente do sexo feminino (58%; $n = 51$), com idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos ($M = 10.62$; $SD = 4.33$). A figura coparental mais referida foi o pai da criança (34%, $n = 34$).

Todos os participantes são provenientes de um estatuto socioeconómico (NSE) baixo, sendo este um critério de seleção. O NSE foi determinado de acordo com o sistema de classificação baseado na profissão, no estatuto ocupacional presente e no nível de escolaridade do participante (Simões, 1994).

Procedimento

Inerente ao processo de recolha da amostra, foi solicitada a colaboração de serviços e associações que intervêm no âmbito do contexto de bairro social. Pretendia-se facilitar o processo de pedido de colaboração dos participantes, por meio de *mediadores* com contacto mais privilegiado e em proximidade, previamente estabelecido com os mesmos. O estudo contou com a colaboração da *Associação Lusofonia Cidadania e Cultura*, na Ameixoeira; do *Centro de Desenvolvimento Comunitário do Bairro dos Lóios*, em Chelas; do ATL do *Centro Comunitário da Arrentela*; da *Associação Família Amiga*, na Marvila, e do *Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano – K’CIDADE*, da Santa Casa da Misericórdia. Foram ainda planeadas e realizadas duas sessões para pais, no âmbito da promoção da parentalidade positiva, no sentido de criar um *espaço* de partilha, no qual seria possível também a aplicação do protocolo. Entre Abril e Julho de 2013, em diferentes locais e momentos, as figuras parentais foram convidadas a participar neste estudo.

Os critérios de inclusão prendiam-se com: (1) residir em bairro social, (2) ter pelo menos 1 filho/neto menor de idade e participar ativamente na sua prestação de cuidados e educação.

Os objetivos do estudo foram explicados aos participantes e os consentimentos informados eticamente obtidos. Os protocolos de investigação foram sempre administrados sob a supervisão da investigadora e/ou colaboradora. A aplicação do protocolo contemplou dois formatos: o questionamento oral e direto da parte da investigadora e/ou colaboradora, sempre que os participantes denotavam dificuldades ao nível da leitura e da compreensão, ou a resposta de forma autónoma, pelo participante. Sempre que era solicitada ajuda

relativamente ao protocolo de investigação, o participante era pessoalmente assistido pela investigadora e/ou colaboradora.

Medidas

Os instrumentos utilizados foram escolhidos por revelarem bons índices psicométricos, serem bem fundamentados teoricamente e terem sido validados com amostras portuguesas, sendo ao mesmo tempo de fácil compreensão.

Coparentalidade. Para avaliar as percepções de cada participante sobre os comportamentos e contribuição da outra figura coparental no cuidar do seu filho, foi utilizada a versão em português do *Questionário de coparentalidade* (CQ; Questionário da Coparentalidade; Pedro & Ribeiro, 2010; Margolin et al, 2001). Trata-se de um instrumento com 14 itens classificados numa escala de resposta de 5-pontos, de 1 (*Nunca*) a 5 (*Sempre*), e compreende três subescalas (Cooperação, Triangulação e Conflito). A subescala da *Cooperação* é composta por cinco itens que avaliam em que medida as figuras coparentais se apoiam, valorizam e respeitam mutuamente, *e.g. Põe-me a par de tudo o que acontece durante o dia-a-dia do(a) meu/minha filho(a)*. A subescala do *Conflito* conta com cinco itens que abordam em que medida está patente o conflito entre as duas figuras parentais, no cuidar de uma criança, *e.g. Discute comigo por causa do(a) meu/minha filho(a)*. As respostas dos participantes revelaram boa consistência interna: *Cooperação* ($\alpha = .76$) e *Conflito* ($\alpha = .73$), respectivamente. Os compósitos do QC foram utilizados como indicadores manifestantes dos constructos latentes de *Cooperação* e *Conflito*.

Apoio Social Percebido. Para avaliar o apoio social percebido entre os participantes, utilizou-se a versão portuguesa da *Social Provisions Scale – SPS* (Cutrona e Russel, 1987), adaptada por Moreira e Canaipa (2007). Este instrumento pretende avaliar o grau de concordância de cada participante com as afirmações apresentadas, medindo a sua percepção sobre os recursos de que este dispõe no contexto das relações sociais que estabelece. Trata-se de uma medida amplamente utilizada para a avaliação deste constructo, em vários domínios, tendo a vantagem de proporcionar uma avaliação multidimensional do constructo de apoio social, mais especificamente o percebido.

A escala, composta de 22 itens classificados numa escala de resposta de 4-pontos, de 1 (*Discordo Fortemente*) a 4 (*Concordo Fortemente*), compreende as seis provisões avaliadas: *Aliança Fiável*, *Aconselhamento*, *Oportunidade de Prestação de Cuidados*, *Reafirmação de Valor*, *Vinculação*, *Reafirmação de Valor* e *Integração Pessoal*. O presente estudo teve como foco de interesse os dois primeiros domínios supracitados, derivado da boa consistência

interna das respostas dos participantes (*Aliança Fiável* $\alpha = .76$; *Aconselhamento* $\alpha = .78$), contrariamente às restantes. O domínio *Aliança Fiável* é composto por quatro itens, que refletem o sentimento de se possuir uma relação forte e segura, que permita contar com a ajuda disponível, independentemente das condições, sediado sobretudo em relações sólidas e duradouras como as familiares, e.g. *Há pessoas com as quais posso contar para me ajudarem se eu necessitar realmente*. O domínio *Aconselhamento* conta com quatro itens que dizem respeito ao apoio recebido através de relações de confiança, estabelecidas com figuras de autoridade ou maior experiência, que aconselham, fornecem orientação e apoio emocional, incluindo e.g. *Há alguém com quem eu poderia falar acerca de importantes decisões na minha vida*. Os compósitos EASP foram utilizados como indicadores manifestantes dos constructos latentes de *Aliança Fiável*, *Aconselhamento* e *Oportunidade de Prestação de Cuidados*.

Características sociodemográficas. Os participantes forneceram outras informações sociodemográficas relevantes (e.g. sexo, idade, estado civil, número de filhos e idade dos filhos). A variável *Profissão* foi determinada segundo a Classificação Nacional de Profissões (CNP), do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Análises Estatísticas

As análises estatísticas foram conduzidas através do *Statistical Package for Social Sciences*, versão 21 (SPSS, Inc., Chicago, IL). Para o tratamento dos valores omissos, foi utilizado o algoritmo *Expectation Maximization* (EM), como recomendado por Tabachnick (2001).

Para testar o modelo proposto, foram conduzidas regressões múltiplas e utilizado o procedimento de *bootstrapping* (Preacher & Hayes, 2008; Hayes, 2013), de acordo com o qual são estimados os efeitos condicionais (*simple slopes*) baseados num intervalo de confiança de 95%; efeito condicional considerado significativo quando o seu intervalo de confiança não inclui 0. Utilizou-se a *SPSS macro PROCESS* e testou-se o modelo 1 de Hayes (2013) (ver **Figura 1**, para uma aplicação deste modelo à amostra presente), para compreender os efeitos principais entre apoio social percebido e coparentalidade e os efeitos de interação de cada moderador - par coparental, sexo da criança/adolescente e emprego.

Resultados

Análises descritivas e correlações

Da amostra inicial de 109 pessoas, 9 sujeitos foram retirados por evidenciarem efeito *outlier* e/ou não corresponderem aos critérios de inclusão, passando para uma amostra de 100 indivíduos. As análises descritivas e as correlações das variáveis em estudo são apresentadas na **Tabela 2**.

As análises de correlação indicaram que o aconselhamento se encontrava positivamente associado à cooperação e negativamente ao conflito, tal como hipotetizado. A aliança fiável demonstrou uma associação negativa com o conflito. No entanto, não foram encontradas associações entre a aliança fiável e a cooperação. Verificou-se ainda uma associação positiva entre os moderadores sexo da criança e emprego.

Efeitos Principais

O modelo de moderação proposto hipotetizou uma relação positiva entre ambas as provisões sociais, aconselhamento e aliança fiável, com a cooperação coparental e negativa com o conflito coparental. Estas relações seriam moderadas pelas variáveis estatuto de emprego, configuração do par parental e sexo da criança/adolescente.

Numa análise dos efeitos principais entre as variáveis, os resultados mostraram efeitos principais significativos entre o Aconselhamento e a Cooperação ($B = .19$; $t = 4.44$; $p < .001$) e o Aconselhamento e o conflito ($B = -.09$; $t = -2.14$; $p < .05$). Para o modelo com a *Aliança Fiável* como variável independente, os resultados não evidenciaram efeitos principais singificativos (cooperação: ($B = -.09$; $t = -1.62$; $p = .11$); conflito ($B = -.03$; $t = -.59$; $p = .56$).

No sentido de perceber a associação entre a provisão de aconselhamento e a existência de conflito coparental, de acordo com o estatuto de emprego (trabalha ou não trabalha), foram realizadas análises de regressão. Os resultados revelaram que a interação entre aconselhamento e emprego estava significativamente relacionada com o conflito coparental ($F(4,95)=22.15$, $p<.001$).

Efeitos de Moderação

Os efeitos de interacção significativos foram representados graficamente usando o Mod-Graph (Jose, 2008). As análises *post hoc* dos *simple slopes* mostraram que o conflito evidenciado por figuras coparentais que trabalham ($B = -.21$; $t = -3.78$; $p < .001$) era

especialmente afectado pela provisão de aconselhamento, comparativamente a figuras coparentais que não trabalham. O modelo 1 explica 60% da variância ($R^2 = .60$).

Não foram encontradas interacções significativas entre as duas provisões sociais (Aconselhamento e Aliança Fiável) e os moderadores Par Coparental ($B = .12$; $t = 1.65$ $p = .09$) e sexo da criança/adolescente ($B = .12$; $t = 1.65$ $p = .09$), na relação com as duas dimensões de coparentalidade (cooperação e conflito).

Discussão de Resultados

Este estudo pretende aumentar a reduzida investigação, anteriormente realizada, sobre a relação entre o apoio social percebido e a coparentalidade. Destaca-se a visão ecológica (Bronfenbrenner, 1979) de base, propondo a compreensão desta relação num contexto específico, o bairro social. O estudo destaca duas dimensões da relação de coparentalidade, a cooperação e o conflito, e duas dimensões do apoio social percebido, as provisões sociais de aconselhamento e de aliança fiável. Para além desta relação, o presente estudo pretendia testar o efeito moderador da configuração do par coparental e do estatuto de emprego da figura respondente, na relação entre apoio social e coparentalidade; assim como a análise dos efeitos de género, compreendendo possíveis diferenças entre rapazes e raparigas, das crianças e adolescentes sobre os quais as figuras respondentes se basearam para a participação no estudo. Os efeitos moderadores abarcam um cariz exploratório, pretendendo uma análise compreensiva dos efeitos propostos.

A primeira hipótese apresentada no presente estudo tinha como objetivo testar se o apoio social percebido influencia a relação de coparentalidade entre figuras coparentais, residentes em bairro social. A hipótese de que o aconselhamento seria preditor de cooperação e conflito entre as figuras coparentais foi confirmada. Os resultados evidenciaram que uma maior perceção de aconselhamento recebido prediz níveis mais elevados de cooperação e níveis mais baixos de conflito, tal como esperado. Os resultados esperados vão, assim, ao encontro da literatura. Jones e colaboradores (2005b) referem que encontrar amigos e vizinhos de confiança pode ser particularmente protetor, sobretudo para mães, aliviando os efeitos de *stress* adaptativos associados ao residir em bairros de risco mais elevado e fortalecendo comportamentos parentais adaptativos em geral. A gestão de experiências de *stress*, facilitada pelo apoio social percebido, potencia a coparentalidade, melhorando a competência dos pais (Volling & Belsky, 1992) que se envolvem em comportamentos coparentais mais harmoniosos (Feinberg, 2003; Cabrera, Shannon, & Taillade, 2009), i.e. mais cooperativos e

menos conflituosos, 2009. Consistente com os resultados encontrados, Krishnakumar e Buehler (2000) reforçam o efeito *amortecedor* do apoio de família alargada e das redes de suporte no conflito coparental, em famílias afro-americanas.

De forma semelhante, esperava-se uma relação significativamente preditora entre a aliança fiável e as dimensões da coparentalidade utilizadas. No entanto, os resultados não evidenciaram efeitos significativos da aliança fiável, tanto relativamente à cooperação como ao conflito. Turney e Harknett (2010) indicam duas condições características do bairro que podem limitar o acesso ao apoio social: a menor propensão para ter uma rede social de vizinhos em quem se possa confiar e a inexistência de recursos que permitam prestar esse apoio, que pode culminar na exaustão dos recursos existentes. Sendo a aliança fiável uma sensação de relação forte e segura, que permite contar com a ajuda disponível, independentemente das circunstâncias (Cutrona & Russel, 1987), na eventualidade da existência das duas condições citadas, tal poderá ser explicativo dos resultados encontrados. A aliança fiável poderá não ter sido preditora das dimensões de coparentalidade estudadas, facto motivado pela ausência da mesma no contexto analisado.

Relativamente aos efeitos de moderação testados, o par coparental não evidenciou interação significativa, não pressupondo um efeito de moderação. Assim, os resultados evidenciaram que a relação entre as provisões sociais e as dimensões de coparentalidade não varia consoante a configuração coparental, seja progenitor/progenitor ou progenitor/outra pessoa. Ainda que numa ótica exploratória, seriam de esperar efeitos de interação de acordo com a literatura (Parent et al., 2013), que evidencia diferenças de níveis de conflito e cooperação coparental consoante a identidade da figura coparental identificada. A primeira explicação para este resultado poderá derivar do facto de a amostra ser reduzida e de não contemplar a diferença, relativamente a este fator. Por outro lado, na verdade, o estudo incidiu sobre a configuração do par coparental e não o impacto da identidade de outra figura coparental referenciada. Poderemos considerar que a configuração propriamente dita não é preditora, a par da identidade específica do coparente, quando não se trata de outro progenitor, que poderá ter impacto. De referir que não foram controladas condições como o facto de o coparente ser ou não co-residente, o que poderá contemplar diferenças que influenciarão este efeito. Segundo evidências empíricas de Dorsey et al. (2007), mães solteiras, cujo co-cuidador pode ser não-residencial, que experienciam altos níveis de conflito, experimentam baixos níveis de envolvimento na relação de coparentalidade.

Relativamente à moderação testada sobre os efeitos de género das crianças/adolescentes, não se evidenciou uma interação significativa. De acordo com a

literatura sobre a relação coparental, hipotetizavam-se diferenças evidenciadas entre rapazes e raparigas, ainda que sob um olhar exploratório de base. O facto de, à partida, não haver uma delimitação específica de idades, poderá ter tido impacto nestes resultados, não dando consistência à análise do efeito de género. Não existiria “quantidade” suficiente de determinada idade para que fosse possível e consistente um efeito de género demonstrado, não sendo a amostra suficiente para contemplar a diferença.

Sobre a moderação testada em relação ao estatuto de trabalho, os resultados evidenciaram uma interação muito significativa, realçando que figuras coparentais que não trabalham e percebem mais aconselhamento evidenciam menos conflito. Os resultados demonstram que as pessoas que não trabalham dependem mais da provisão de aconselhamento do que as que trabalham. Tal poderá ser explicado pelo facto de o desemprego ser um fator de risco característico do bairro social (Matos, 2012), situação potencialmente geradora de *stress*, que sob o efeito de uma provisão social (aconselhamento), com papel *amortecedor* e moderador na gestão de situações de *stress* (Cobb, 1976; Sarason et al., 1983), poderá ter um efeito mais saliente. Assim, pessoas que estão em situação de não trabalho são fortemente influenciadas pela provisão de aconselhamento, evidenciando menos conflito. Ainda, investigadores dizem-nos que as esferas família e trabalho competem pelo tempo dos pais, sendo que estas tensões contribuem para o conflito interparental (e.g. Volling & Belsky, 1992). À luz desta consideração, poderemos pensar que pais que não trabalham e percebem mais aconselhamento estão mais disponíveis para o sistema familiar, reduzindo o nível de conflito interparental.

Limitações e implicações

Algumas limitações devem ser consideradas aquando da interpretação dos resultados do presente estudo. Em primeiro lugar, o facto de a amostra ser reduzida (N=100) poderá comprometer o efetivo alcance das características reais da população deste contexto e, consequentemente, a generalização dos resultados. Em segundo lugar, aquando da recolha da amostra, percebemos a grande dificuldade da mesma na resposta aos instrumentos, o que nos leva à hipótese de que, provavelmente, as escalas não estão adaptadas à população estudada. cremos que a dificuldade de elaboração e a reduzida capacidade de abstração evidenciadas pelos participantes sejam possíveis consequências de fatores como o nível de escolaridade reduzido (Matos, 2012). Crê-se ainda na necessidade de passagem do instrumento para uma linguagem mais acessível, no sentido de alcançar resultados ainda mais consistentes sobre este contexto de tão pertinente estudo, atualmente (e.g. Parent et al., 2013). Esta consideração

leva-nos à terceira limitação. A dificuldade na compreensão dos instrumentos apresentados, aliada a situações de analfabetismo, derivou na aplicação das escalas sob o formato de entrevista, não raras vezes. É certo que a resposta neste formato poderá ser sensível a efeitos de desejabilidade social, influenciando, de alguma forma, os resultados encontrados. A quarta limitação prende-se com a não delimitação de idade das crianças e adolescentes (filhos/netos) que as figuras coparentais consideravam para responder ao protocolo. Ainda que no sentido de uma visão exploratória, esta não limitação a uma idade específica poderá comprometer a interpretação dos resultados, sabendo que comportamentos coparentais são mutáveis consoante a idade da criança e ao longo do tempo, em função do estágio de desenvolvimento da família (Bronte-Tinkew & Horowitz, 2010). Em quinto lugar, o estudo contemplou um único método de recolha de dados: o autorrelato. Para uma análise mais completa, e com base numa visão ecológica, seria prudente a recolha de informação de outros informadores [*e.g.* o par coparental, o(a) filho(a)], assim como de factores do contexto extrafamiliar (*e.g.* perigosidade do bairro, a coesão da comunidade), recorrendo ainda a outras metodologias (*e.g.* observação) (Brofenbrenner, 1979; Feinberg, 2003). Os fatores contextuais permitiriam perceber que fatores do bairro poderão ser importantes preditores dos resultados encontrados. Os outros métodos de recolha permitiriam atenuar efeitos de desejabilidade social, evidente aquando da realização de entrevistas. Em sexto lugar, o facto de os respondentes do estudo serem tanto progenitores como outras figuras parentais (*e.g.* avó/avô) enriquece o estudo, abrangendo não apenas a perceção de mães ou pais (*e.g.* Dorsey et al., 2007; Fagan e Lee; 2011), largamente estudada na literatura. No entanto, o não controlo de fatores como o nível de envolvimento do respondente na relação coparental, a quantidade de tempo passado com a criança/adolescente, poderá não considerar outros preditores importantes nesta relação. Em sétimo e último lugar, o facto de as variáveis Aconselhamento e Aliança Fiável fazerem parte do mesmo tipo de apoio social (apoio emocional) e de, associadamente, evidenciarem uma forte correlação, poderão estar a medir fatores semelhantes. Para estudos futuros, seria interessante o foco no impacto e na compreensão de provisões mais distintas.

Porém, o presente estudo apresenta forças importantes e os seus resultados demonstram implicações relevantes, tanto para a investigação como para a intervenção com famílias. Relativamente à investigação, tendo em conta a escassez de estudos que relacionem o apoio social percebido com a coparentalidade, o presente permitiu um avanço na investigação, tendo em conta o seu carácter inovador e pertinente. Os resultados permitiram constatar o papel de preditor do apoio social percebido, sob a forma de provisão de aconselhamento, na relação de coparentalidade, em famílias residentes em bairros sociais.

Mais, sublinhou a evidência do impacto de fatores extrafamiliares e contextuais no funcionamento familiar (Brofenbrenner, 1979), em processos como a relação coparental. No presente estudo, os fatores sociocontextuais (emprego) foram mais fortes a predizer esta relação, sabendo que não existiram efeitos de moderação por parte das variáveis par coparental e sexo da criança/adolescente, dando pistas para futura investigação sobre que outros fatores serão preditores.

A investigação sobre o apoio social percebido foca-se, muitas vezes, em aspetos objetivos do apoio social (e.g. número de amigos), em contraste com aspetos de índole subjetiva, como a perceção que o indivíduo tem sobre a sua adequação e satisfação com a dimensão social da sua vida (Pais-Ribeiro, 1999). O presente estudo pretendia recolher a perceção do sujeito, aumentando o campo de pesquisa que se foca nesta componente subjetiva do AS, tendo em mente que deve ser entendido como uma experiência pessoal e que, por vezes, a perceção do sujeito reflete resultados distintos da análise de fatores objetivos.

Relativamente ao segundo ponto, os resultados poderão destacar algumas pistas de intervenção importantes, sobretudo para técnicos que trabalham e intervêm, na comunidade, com famílias de bairros sociais. Em primeiro lugar, os resultados reforçam a importância de intervenções, como os grupos de promoção de competências parentais (grupos de pais), sendo que um dos seus objetivos se prende com a melhoria do apoio social dos pais e das mães, tendo em mente que muitas destas famílias têm redes de apoio escassas, na sua maioria, constituídas pelos apoios informais (Rodrigo, Máiquez, Martín & Byrne, 2008). Sabendo que o aconselhamento melhora a cooperação coparental e diminui o conflito, a realização de intervenções grupais deste género, que potenciem esta e outras provisões sociais (quicá), a par do fortalecer (fortalecimento) da rede de apoio, poderão potenciar também a relação de coparentalidade. Na mesma linha, o presente estudo destaca a importância da identificação de figuras coparentais desempregadas como foco de intervenção, de forma a potenciar a provisão de aconselhamento, por exemplo. Assumiam-se como intervenções que promovessem o fluxo de recursos e apoios à família, de modo a fortalecer o seu funcionamento, promovendo o crescimento e desenvolvimento dos seus membros e da família como um todo (Dunst, Trivette, & Hamby, 2007), sobretudo focadas na comunidade.

Para **investigações futuras**, propõe-se o estudo do papel de outras provisões do apoio social, não contempladas na presente investigação, e a compreensão do seu impacto no contexto de bairro social e na coparentalidade. Sugere-se ainda o estudo de fatores do contexto do bairro social subjacentes, que poderão ser preditores dos resultados encontrados, sobre a relação do apoio social com a coparentalidade (e.g. o nível de perigosidade percebido,

a eficácia coletiva e a etnia). Destacando-se, assim, características e especificidades salientes de determinados bairros, com vista à análise de padrões transacionais, quiçá. Estes poderão, na verdade, ser fatores a considerar em futuras investigações.

O presente estudo recolheu a percepção de apoio social dos participantes. Mas, como já foi referenciado, considerando que a sua rede de apoio é normalmente escassa, pouco consistente e constituída sobretudo por apoios informais (Rodrigo et al., 2008), acredita-se que, por vezes, as respostas dos participantes realçavam o apoio percebido pelo companheiro(a) co-residente ou, mesmo, filhos/netos. Em investigações futuras, seria interessante compreender o apoio percebido de diferentes fontes (e.g. companheiros, família alargada, comunidade – como amigos e vizinhos). Vários estudos têm consistentemente evidenciado que aspetos negativos da relação coparental, como o conflito coparental, predizem problemas comportamentais e emocionais das crianças e adolescentes (e.g. Jones et al., 2005a; Margolin et al., 2001; McHale, 1995). Tendo em conta os resultados do presente estudo e o efeito *buffer* do aconselhamento evidenciado, seria importante perceber de que forma o apoio social percebido seria moderador da relação apresentada. Da mesma forma, entender a sua influência na relação com o ajustamento das figuras coparentais. Para finalizar, para pesquisas futuras seria relevante o estudo de figuras masculinas, enquanto figuras coparentais, e perceber em que medida esta relação é fortalecida ou atenuada.

Referências Bibliográficas

Augusto, N. (2002). *Habitação Social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão* in Atas do IV Congresso de Sociologia da Associação Portuguesa de Sociologia.

Assadi, S. M., Zokaei, N., Kaviani, H., Mohammadi, M. R., Ghaeli, P., Gohari, M. R., & Van De Vijver, F. J. (2007). Effect of sociocultural context and parenting style on scholastic achievement among Iranian adolescents. *Social Development*, 16(1), 169-180.

Bem, L. A., & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconómico - *Psicologia em Estudo*, 11, 63-71

Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). *The ecology of developmental processes*.

Brown, G. L., Schoppe-Sullivan, S. J., Mangelsdorf, S. C., & Neff, C. (2010). Observed and reported supportive coparenting as predictors of infant–mother and infant–father attachment security. *Early Child Development and Care*, 180(1-2), 121-137.

Cabrera, N. J., Shannon, J. D., & La Taillade, J. J. (2009). Predictors of coparenting in Mexican American families and links to parenting and child social emotional development. *Infant mental health journal*, 30(5), 523-548.

Caldera, Y. M., Fitzpatrick, J., & Wampler, K. (2002). Co-parenting in Mexican American families: Mothers' and fathers' perceptions. In J.M. Contreras, K.A. Kerns, & A.M. Neal-Barnett (Eds), *Latino children and families in the United States* (pp. 133-154). Westport, CT: Greenwood.

Caldera, Y. M., & Lindsey, E. W. (2006). Coparenting, mother-infant interaction, and infant-parent attachment relationships in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 20(2), 275.

Cobb, S. (1976). Social support as a moderator of life stress. *Psychosomatic Medicine*, 38, 300-314.

Cochran, M., & Brassard, J. (1979). Child development and personal social networks. *Child Development*, 50, 609–615.

Cohen, S., & Wills, T. A. (1985). Social support, stress and the buffering hypothesis. *Psychological Bulletin*, 98 (2), 310-357.

Cutrona, C. E., & Russell, D. (1987). The provisions of social relationships and adaptation to stress. In W. H. Jones & D. Perlman (Eds.), *Advances in personal relationships* (Vol. 1, pp. 37-67). Greenwich, CT: JAI Press.

Dressler, W. W. (1985). Extended family relationships, social support, and mental health in a southern black community. *Journal of health and social behavior*, 39-48.

Dunst, C. J., Trivette, C. M., & Hamby, D. W. (2007). Meta-analysis of family-centered helping practices research. *Mental retardation and developmental disabilities research reviews*, 13(4), 370-378.

Fagan, J., & Lee, Y. (2011). Do coparenting and social support have a greater effect on adolescent fathers than adult fathers?. *Family Relations*, 60(3), 247-258

Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95-131.

Florsheim, P., Sumida, E., McCann, C., Winstanley, M., Fukui, R., Seefeldt, T., & Moore, D. (2003). The transition to parenthood among young African American and Latino

couples: Relational predictors of risk for parental dysfunction. *Journal of Family Psychology*, 17, 65 – 79.

Forehand, R., & Kotchick, B. A. (1996). Cultural diversity: a wakeup call for parent training. *Behaviour Therapy*, 27, 187-206

Furstenberg, F. F. (1993). How families manage risk and opportunity in dangerous neighborhoods. In W. J. Wilson (Ed.), *Sociology and the public agenda* (pp. 231–258). Newbury Park, CA: Sage.

Gladow, N. W., & Ray, M. P. (1986). The impact of informal support systems on the well-being of low income single parents. *Family Relations*, 113-123.

Hayes, A. F. (2013). *Introduction to Mediation, Moderation, and Conditional Process Analysis*. New York: Guilford Press.

Hill, N. E., & Herman-Stahl, M. A. (2002). Neighborhood safety and social involvement: Associations with parenting behaviors and depressive symptoms among African-American and Euro-American mothers. *Journal of Family Psychology*, 16(2), 209.

Jones, D. J., Shaffer, A., Forehand, R., Brody, G., & Armistead, L. P. (2003). Coparent conflict in single mother-headed African-American families: Do parenting skills serve as a mediator or moderator of child psychosocial adjustment. *Behavior Therapy*, 34, 259–272.

Jones, D. J., Forehand, R., Dorsey, S., Foster, S., & Brody, G. (2005a). Coparent support and conflict in African American single motherheaded families: Associations with maternal and child psychosocial functioning. *Journal of Family Violence*, 20, 141–150.

Jones, D. J., Forehand, R., O'Connell, C., Armistead, L., & Brody, G. (2005b). Mothers' perceptions of neighborhood violence and mother-reported monitoring of African American children: An examination of the moderating role of perceived support. *Behavior Therapy*, 36(1), 25-34.

Jones, D. J. & Lindahl, K. M. (2011) *Coparenting in extended kinship systems: African American, Hispanic, Asian Heritage, and Native American Families*.

Jose, P. (2008). Mod-Graph-I: A programme to compute cell means for the graphical display of moderation analyses: The internet version, Version 2.0. Retrived from <http://www.victoria.ac.nz/psyc/paul-jose-files/modgraph/>

Kotchick, B. A., Dorsey, S., & Heller, L. (2005). Predictors of parenting among African American single mothers: Personal and contextual factors. *Journal of Marriage and Family*, 67(2), 448-460.

- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2000). Interparental conflict and parenting behaviors: A meta-analytic review. *Family Relations*, 49(1), 25-44.
- Lakey, B. & Cassady, P. B. (1990). Cognitive processes in perceived social support. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59 (2), 337-343.
- Levy-Shiff, R. (1999). Fathers' cognitive appraisals, coping strategies, and support resources as correlates of adjustment to parenthood. *Journal of Family Psychology*, 13, 554–567.
- Lindsey, E. W., Caldera, Y., & Colwell, M. (2005). Correlates of Coparenting During Infancy*. *Family Relations*, 54(3), 346-359.
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: a link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3.
- Matos, F (2012). *Algumas Reflexões Sobre o PER No Grande Porto*.
- McHale, J. (1995). Co-parenting and triadic interactions during infancy: the roles of marital distress and child gender. *Developmental Psychology*, 31, 985-996.
- McHale, J., Lauretti, A., Talbot, J., & Pouquette, C. (2002). Retrospect and prospect in the psychological study of coparenting and family group process. In J. P. McHale & W.S. Grolnick (Eds.), *Retrospect and prospect in the psychological study of families* (pp. 127-166). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- McHale, S. & Riina, E. (2012). The Trajectory of Coparenting Satisfaction in African American Families: The impact of sociocultural stressors and Supports. *Journal of Family Psychology*, Vol 26, No.6: 896-905.
- Pais-Ribeiro, J. (1999). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*. Lisboa: CLIMEPSI Editores.
- Parent, J., Jones, D. J., Forehand, R., Cuellar, J., & Shoulberg, E. K. (2013). The role of coparents in african american single-mother families: The indirect effect of coparent identity on youth psychosocial adjustment. *Journal of Family Psychology*, 27(2), 252.
- Pedro, M., & Ribeiro, M. T. (2013). *Análise Factorial Confirmatória do Coparenting Questionnaire – Versão Portuguesa*. Manuscrito submetido para publicação (2ª revisão).
- Pittman, L., & Colley, R. (2011). Coparenting in families with adolescent mothers. In J. McHale & K. Lindahl (Eds.), *Coparenting: A conceptual and clinical examination of family systems*. (pp. 105-127). Washington, DC: APA Press.
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Martín, J. C. & Byrne, S. (2008). *Preservación familiar: un enfoque positivo para la intervención con familias*. Madrid: Ediciones Pirámide.

Sarason, I. G., Levine, H. M., Basham, R. B., & Sarason, B. R. (1983). Assessing social support: the social support questionnaire. *Journal of personality and social psychology*, 44(1), 127.

Shook, S. E., Jones, D. J., Forehand, R., Dorsey, S., & Brody, G. (2010). The mother–coparent relationship and youth adjustment: A study of African American single-mother families. *Journal of Family Psychology*, 24(3), 243

Simões, M. R. (1994). *Investigações no âmbito da aferição nacional do teste das Matrizes Progressivas de Raven* [Raven's Progressive Matrices: Aferition studies]. Dissertação de Doutoramento não publicada, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Sterrett, E., Jones, D.J., Forehand, R., & Garai, E. (2010). Predictors of coparenting quality in African American single mother families: An ecological model. *Journal of Black Psychology*, 36, 277-302.

Talbot, J. & McHale, J. P. (2004). Individual parental adjustment moderates the relationship between marital and coparenting quality. *Journal of Adult Development*, 11, 191-205

Tabachnick, B. G., Fidell, L. S., & Osterlind, S. J. (2001). *Using multivariate statistics*.

Tendulkar, S. A., Buka, S., Dunn, E. C., Subramanian, S. V., & Koenen, K. C. (2010). A multilevel investigation of neighborhood effects on parental warmth. *Journal of Community Psychology*, 38(5), 557-573.

Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting: Science and Practice*, 10(4), 286-307.

Tudge, J., Hogan, D. M., Snezhkova, I. A., Kulakova, N. N., & Etz, K. E. (2000b). Parent's child-rearing values and beliefs in the Unites States and Russia: The impact of culture and social class. *Infant and Child Development*, 9, 105-121.

Turney, K., & Harknett, K. (2010). Neighborhood disadvantage, residential stability, and perceptions of instrumental support among new mothers. *Journal of family issues*, 31(4), 499-524.

Van Egeren, L.A. & Hawkins, D.P. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement [Versão electrónica]. *Journal of Adult Development*, 11, 165-177.

Volling, B. L., & Belsky, J. (1992). Multiple determinants of father involvement during infancy in dual-earner and single-earner families. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 461–474.

Weiss, R. S. (1974). The provisions of social relationships. In Z. Rubin (Ed.), *Doing unto others* (pp. 17-26). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall

Wellman, B., & Wortley, S. (1990). Different strokes for different folks: Community ties and social support. *American Journal of Sociology*, 96, 558-588.

Winemiller, D.R., Mitchell, M. E., Sutliff, J., & Cline, D.J. (1993). Measurement strategies in social support: A descriptive review of the literature. *Journal of Clinical Psychology*, 49 (5), 638-648.

Tabelas

Tabela.1

Características sociodemográficas da amostra

	Figuras Parentais (<i>n</i> =100)
Figura Respondente (<i>n</i>)	
Mãe	68
Pai	23
Avó	6
Avô	3
Idade (<i>M/SD</i>)	38.94 (10.59)
Sexo (<i>n</i>)	
Masculino	26
Feminino	74
Estado Civil (<i>n</i>)	
Solteiro(a)	19
Casado(a)	39
União de facto	29
Recasado(a)	-
Divorciado(a)	4
Separado(a)	4
Viúvo(a)	5
Situação Laboral (<i>n</i>)	
Desemprego	46
Reforma	11
Trabalhador independente	8
Trabalhador por conta de outrem	35
Categoria Profissão (<i>n</i>)	
Pessoal dos Serviços e Vendedores	32
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	5
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	5
Trabalhadores não qualificados	58
Residência (<i>n</i>)	
Marvila	65
Ameixoeira	22
Arrentela	9
Bairro dos Lóios	-
Monte da Caparica	4
Nº de Filhos (<i>M/SD</i>)	2.56 (2.14)
Idade Criança/Adolescente (<i>M/SD</i>)	10.62 (4.33)

Sexo Criança (<i>n</i>)	
Feminino	51
Masculino	49
Figura Coparental (<i>n</i>)	
Pai da criança	34
Mãe da criança	23
Companheiro atual	6
Avó da criança	21
Avô da criança	3
Madrinha da criança	3
Irmã da criança	1
Amigo	1
Tia e/ou tio da criança	7
Ama	1
Par Parental (<i>n</i>)	
Progenitor + Progenitor	53
Progenitor + outro	47

Tabela 2.*Intercorrelações entre dimensões de coparentalidade, apoio social percebido e os moderadores (N = 100)*

Variável	1	2	3	4	5	6	7
<i>Coparentalidade</i>							
1.Cooperação	-						
2.Conflito	-.316**	-					
<i>Apoio Social</i>							
3.Aconselhamento	.396**	-.373**	-				
4.Aliança Fiável	.188	-.321**	.745**	-			
<i>Moderadores</i>							
5.Par coparental	-.024	-.125	.109	.145	-		
6.Sexo Filho	-.074	-.129	.175	.160	-.119	-	
7.Emprego	.023	-.050	-.037	-.004	-.176	.219*	-
<i>Mean</i>	3,958	2,044	3,187	3,215	,47	,51	,54
<i>SD</i>	,753	,795	,506	,508	,502	,502	,501

*Nota: * p < .05. ** p < .01*

Figuras

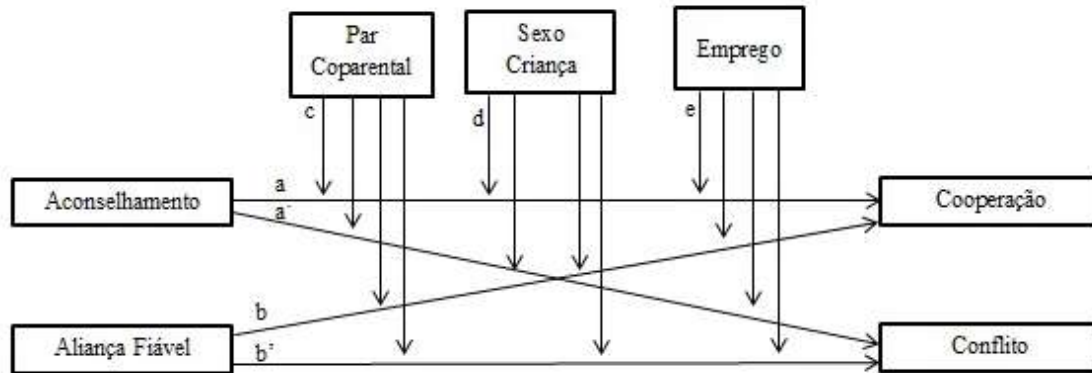


Figura 1. O modelo conceitual proposto a representar o par coparental, o sexo do filho e o emprego enquanto moderadores da relação entre o apoio social percebido (aconselhamento e aliança fiável) e a coparentalidade (cooperação e conflito).

Nota. caminhos a e a' : O efeito total da variável independente (VI_1) aconselhamento nas variáveis dependentes (VD) cooperação e conflito, respetivamente; caminhos b e b' : O efeito total da variável independente (VI_2) aliança fiável nas variáveis dependentes (VD) cooperação e conflito, respetivamente; caminho c : O efeito do moderador proposto Par coparental (M_1), na relação entre VI e VD; caminho d : O efeito do moderador proposto sexo do filho (M_2), na relação entre VI e VD ; caminho e : O efeito do moderador proposto emprego (M_3), na relação entre VI e VD.

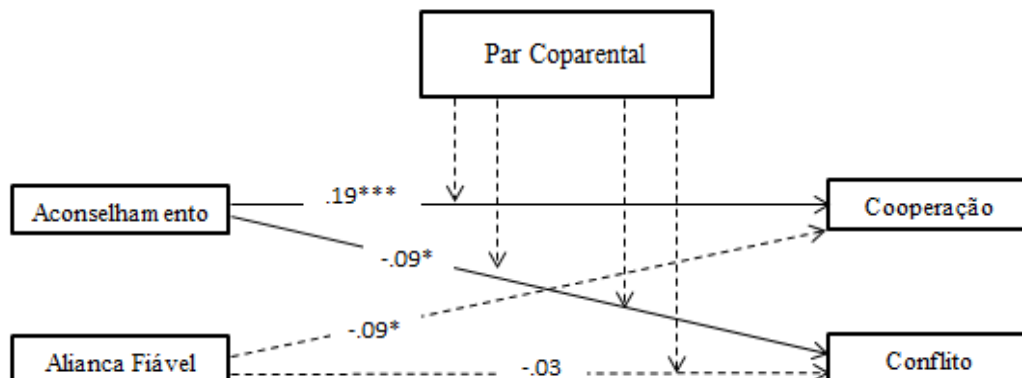


Figura 2. Modelo 1 - Efeito de moderação do par coparental.

Nota. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

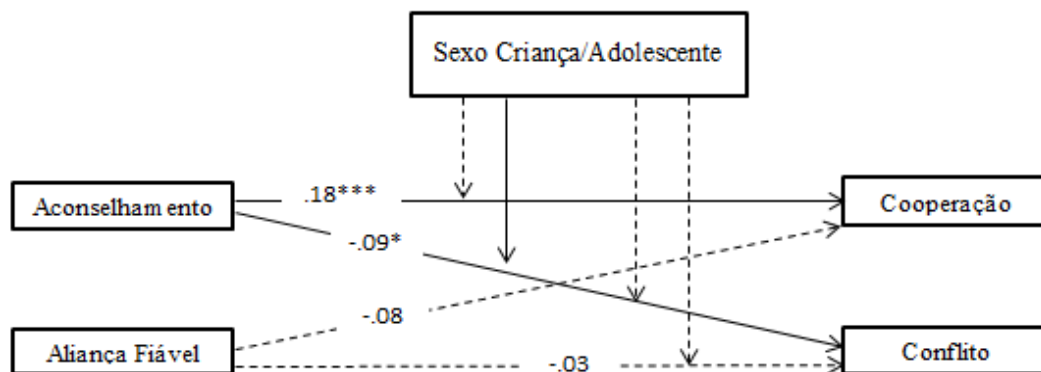


Figura 3. Modelo 2 - Efeito de moderação do sexo da criança.

Nota. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

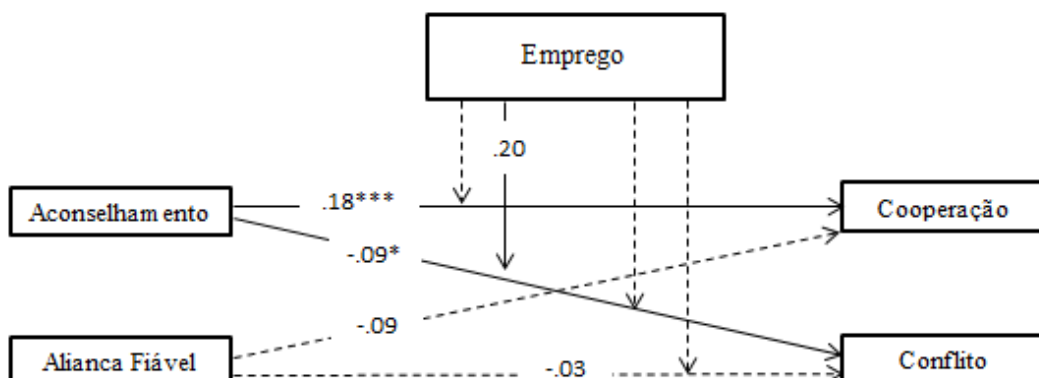


Figura 4. Modelo 3 - Efeito de moderação do estatuto de emprego.

Nota. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.